



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Levantamento – Iniciativas governamentais com influência na redução e na mitigação dos GEE

**SecexAmbiental
16/09/2015**

Apresentação



Escopo

Unidades de Conservação

- Territórios sob regime especial de administração com objetivos de conservação e limites definidos em razão de características naturais relevantes.
- Parte da estratégia mundial de conservação da biodiversidade, ratificada pela Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica – CDB.



Regularização Fundiária e Reforma Agrária

- Regularização: discriminação, arrecadação e destinação de terras devolutas
- Reforma: distribuição dos recursos fundiários, com modificações no regime de posse e uso



Cadastro e Certificação de Imóveis Rurais

- Cadastro: Informações sobre propriedades rurais, proprietários, arrendatários, terras e florestas públicas
- Certificação de imóveis: garantir que os limites de imóveis não se sobrepõem a outros



Escopo

Zoneamentos Territoriais

- ZEE: Fundamental e subsidiar a elaboração de políticas territoriais e indicações para o desenvolvimento sustentável
- ZAE e ZARC: Ser instrumento de Política Agrícola e gestão de riscos



Cadastro Ambiental Rural

- Integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal (RL), das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa



Plano ABC

- Promover a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) na agricultura, com melhoria da eficiência no uso de recursos naturais e aumento da resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais



Escopo

Programa de Combate à Desertificação

- Enfrentar o desafio do combate ao fenômeno da desertificação, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil



Programa Produtor de Água

- Propiciar a melhoria da qualidade da água e o aumento das vazões médias dos rios em bacias hidrográficas de importância estratégica para o País



Programa Bolsa Verde

- Incentivar a conservação, manutenção e uso sustentável dos ecossistemas
- Promover a melhoria das condições de vida da população em extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural



Panorama Geral - GEE



Desmatamento

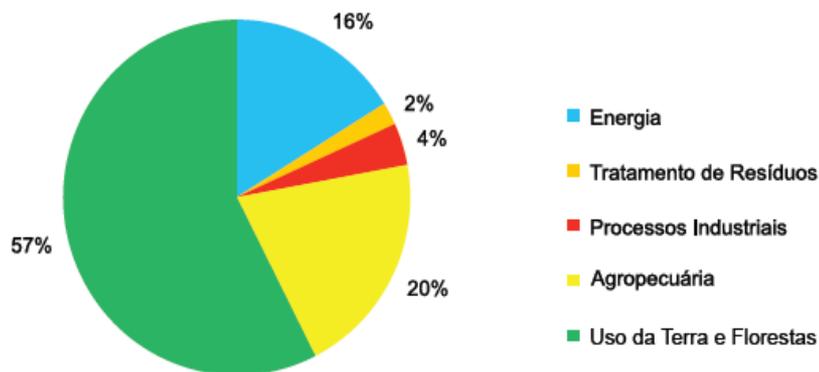
- 2004: 27,7 mil Km² - 2012: 4,5 mil Km²
- 94% fora de UCs – Probabilidade 4,3x maior fora de UCs



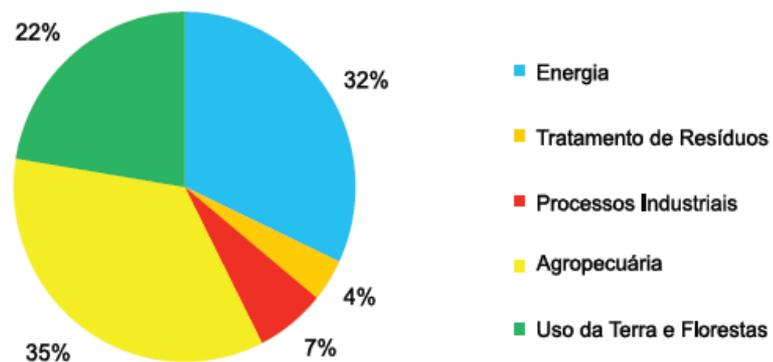
Emissão de Carbono

- Redução de 38% entre 2005 e 2010
- 2,03 bilhões para 1,25 bilhões de CO₂ Equivalente

Emissões CO₂eq em 2005



Emissões CO₂eq em 2010



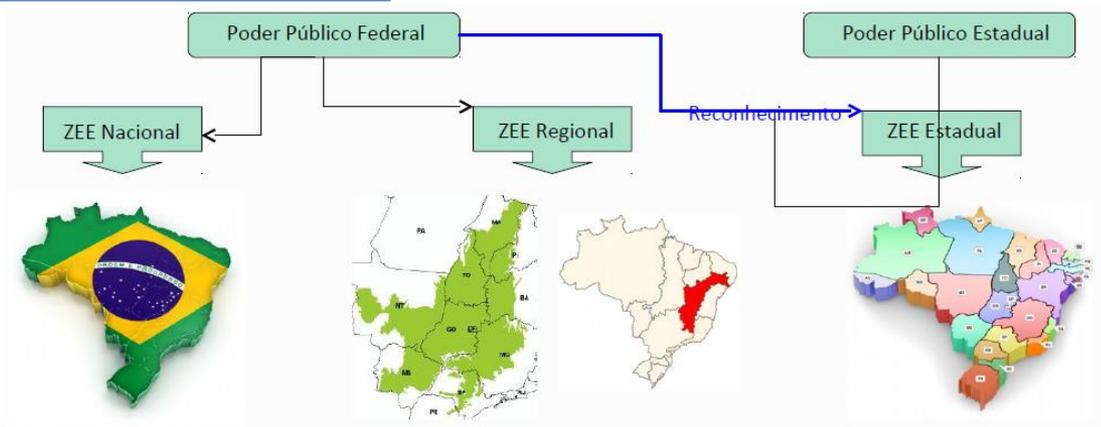
Resultados



Riscos Zoneamentos Territoriais

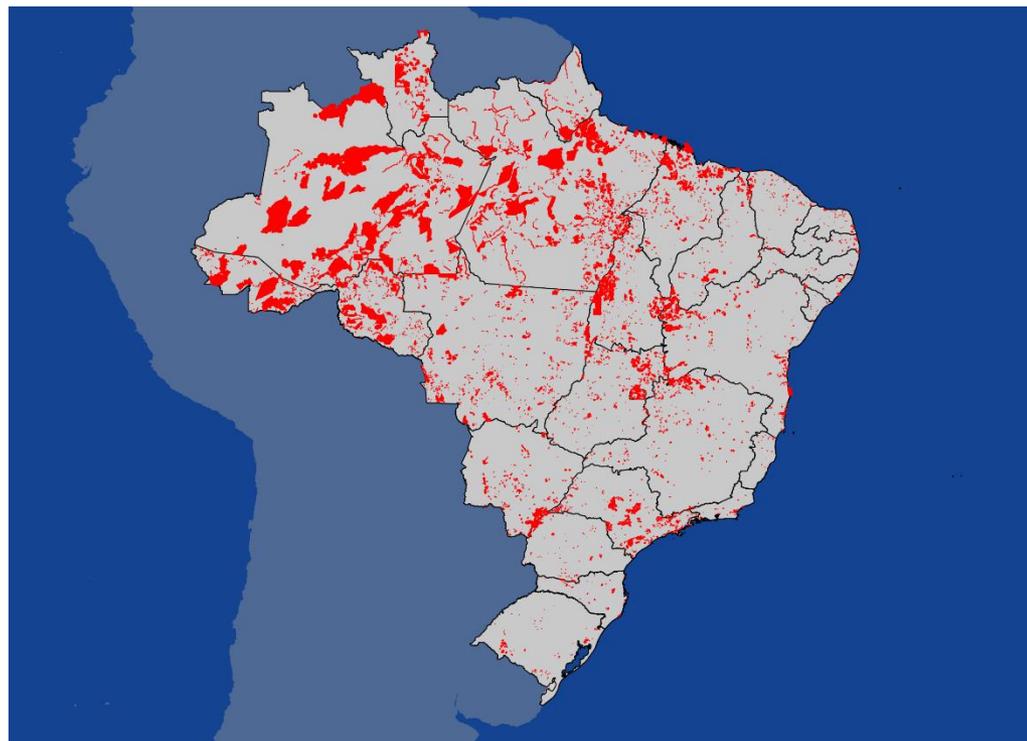
- Deficiências no Planejamento nacional, regional, estadual e local;
- Capacidade reduzida do ZEE de ser orientador de planejamento territorial em todos os Entes da Federação;
- Falta de orientação estratégica dos Governos para utilização do ZEE como orientador de Políticas Públicas;
- Sobreposições e Conflitos de disposições legais que regem a elaboração dos ZEEs;
- Falta de monitoramento e avaliação dos ZEE's;
- Riscos de conflitos entre o ZEE, o ZARC e o ZAE.

	ZEE (R\$)	ZARC (R\$)
2013	17,8 mil	88,6 mil
2014	46,6 mil	816,9 mil



Riscos Ordenamento Territorial

- Descontrole de Informações Fundiárias e riscos de conflitos fundiários;
- Insuficiência de ações de Regularização Fundiária;
- Falta supervisão do cumprimento da função social da Terra em áreas já pertencentes à Reforma Agrária;
- Falta de regularização ambiental das áreas de reforma agrária e de Regularização Fundiária;



Soma: + 56 milhões de Ha

+ 46 mil Pontos de Sobreposições

Áreas de Reforma Agrária – 88 milhões de Ha;

Áreas de Regularização Fundiária – 57 milhões de Ha.

Cadastro Ambiental Rural

- Riscos de não cumprimento da meta de cadastramento até maio de 2016;
- Insuficiência de capacitação de cadastradores;
- Atrasos no acesso e na disponibilidade dos módulos do SICAR;
- Riscos de dificuldades de localização das propriedades por desenho digital;
- Riscos de dificuldades na utilização das informações para regularização ambiental e para fiscalização.

#CAR em números

dados até 31 de agosto de 2015

59%

% de área já cadastrada

397,5 milhões de hectares

área cadastrável

233,5 milhões de hectares

já cadastrados

Orçamento – CAR

2013 R\$ 32,3 milhões

2014 R\$ 32,7 milhões



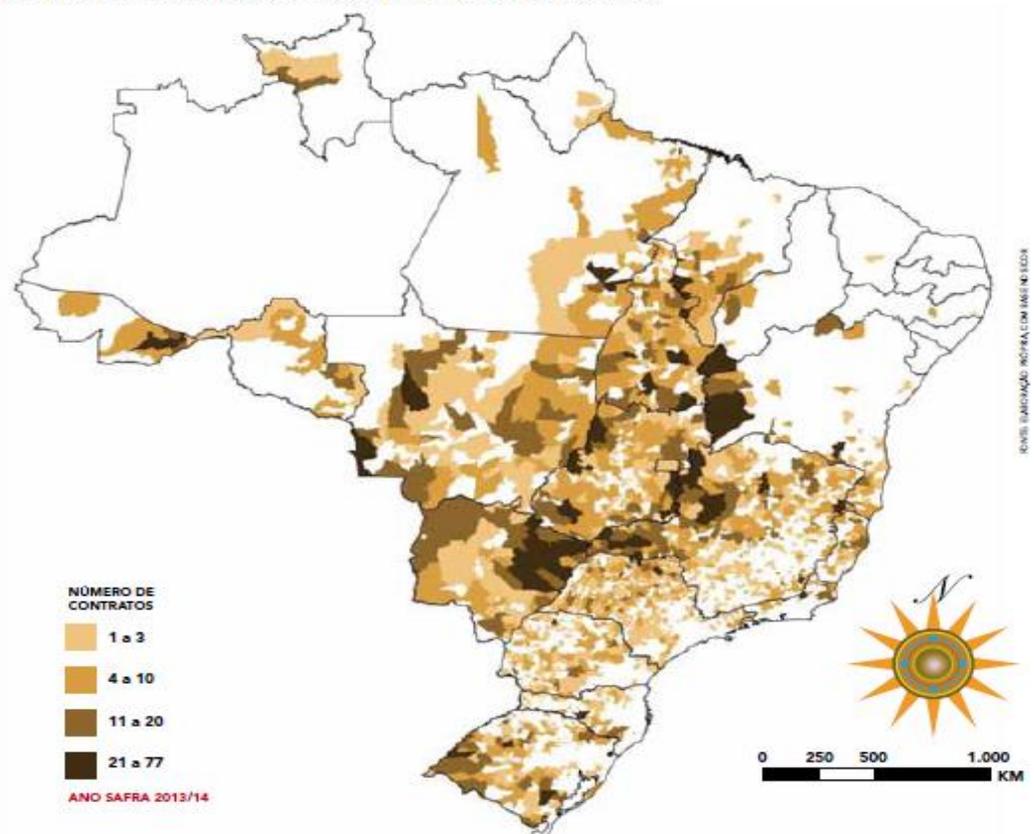
Ministério do Meio Ambiente



Plano ABC

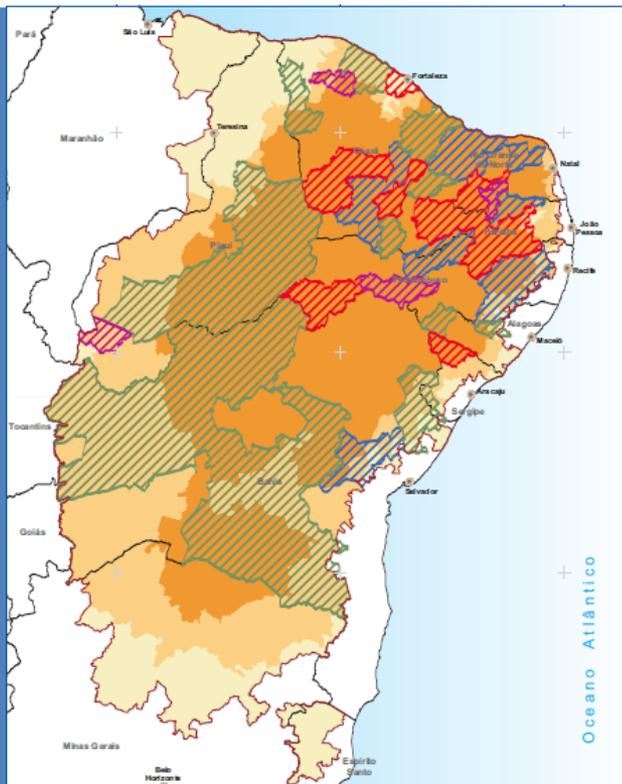
FIGURA 1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO NÚMERO DE CONTRATOS APROVADOS POR MUNICÍPIO PARA O PROGRAMA ABC NA SAFRA 2013/14 (ATÉ ABRIL DE 2014)

- Problemas de compatibilização do Plano ABC entre o Mapa, MDA e Sistema Bancário;
- Orientação do Plano ABC (financiamentos) para médios e grandes produtores;
- Ausência de capacitação nas tecnologias (principalmente plantio direto);
- Taxas de juros não diferenciadas;
- Baixa adesão nas regiões norte e nordeste;
- Incapacidade de mensurar a efetiva redução de GEE no Plano;



Programa de Combate à Desertificação

- Concentração nas ações de convivência em detrimento das ações de combate à desertificação;
- Falta de articulação e coordenação;
- Insiplência de implantação dos Planos de Ação Estaduais de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;
- Insiplência de mecanismos de monitoramento e avaliação.



ESPAÇOS SEMI-ÁRIDOS

Áreas Susceptíveis à Desertificação e Áreas Afetadas por Processos de Desertificação



Fonte: PAN-Brasil (MMA/SR/ 2014). MMA. Mapa de Ocorrência de Desertificação e Áreas de Abordagem. Departamento de Geol. (2008).

0 80 200 Km



Orçamento – PAN-Brasil

2013	R\$ 326,9 mil
2014	R\$ 105,9 mil

Programa Água para Todos,

Pronaf;

PAA;

PRDNE;

PGPM para Agricultura Familiar;

Benefício Garantia Safra;

Programa Água Doce;

Programas Fome Zero e Bolsa Família

Pagamento Serviços Ambientais – Produtor de Água e Bolsa Verde

Produtor de Água

2013	R\$ 3,6 milhões
2014	R\$ 2,3 milhões

- Ausência de monitoramento da redução da erosão, assoreamento e aumento de vazão;
- Insuficiência de capacitação nos projetos;
- Falta de orientação e certificação dos projetos para redução de erosão.



Bolsa Verde

2013	R\$ 54,1 milhões
2014	R\$ 83,8 milhões

- Ausência de monitoramento da conservação florestal, diminuição da degradação e recuperação ambiental;
- Falta de assistência técnica às famílias beneficiadas.

Problemas de Governança comuns às políticas

Complexidade e dispersão da legislação;

Sobreposição e lacunas de atuação entre as atribuições institucionais;

Imposição de diversas obrigações legais ao proprietário rural sem utilização efetiva das informações em políticas públicas;

Ausência de planos formalizados e integrados;

Problemas de Governança comuns às políticas

Insuficiência de definição de elementos básicos para a atuação conjunta dos órgãos que compõem fóruns de implementação das iniciativas;

Inconsistências e sobreposições nos dados oficiais sobre a ocupação do território brasileiro;

Não há formalização e materialização de rotinas de monitoramento e de acompanhamento da gestão;

Indicadores de desempenho sem requisitos mínimos;

Insuficiência de integração entre os diversos sistemas de TI

Conclusão – Planejamento até 2021

**Levantamentos
Adicionais**

Contas

**Auditorias de
Conformidade**

**Auditorias
Operacionais**

Monitoramentos

Obrigado

Secexamb@tcu.gov.br

Tel. (61) 3316-5424